

HABEAS CORPUS Nº 550.170 - SP (2019/0364937-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : R R P
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R R P (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício próprio por R. R. P. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 0035158-58.2019.8.26.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 17 anos e 5 meses de reclusão, no regime inicial fechado, por infração ao art. 217-A, *caput*, por quatro vezes, c/c os arts. 226, II, e 61, II, *f*, na forma do art. 71, todos do Código Penal.

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal estadual, no dia 31/1/2019, proveu parcialmente o apelo para reduzir a pena fixada ao paciente para 14 anos de reclusão, tendo sido mantida no mais a sentença condenatória (e-STJ fls. 28/39). O acórdão transitou em julgado tanto para acusação como para defesa (e-STJ fl. 26).

O ora paciente impetrou *habeas corpus* na origem buscando aguardar em liberdade o julgamento da revisão criminal proposta.

Contudo, por decisão emanada em 28/8/2019, o desembargador relator não conheceu da impetração ante a manifesta incompetência do Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 40/41).

No presente *writ*, o paciente afirma que impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem buscando aguardar em liberdade o julgamento da revisão criminal lá apresentada.

Objetiva aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação.

Requer a expedição de contramandado de prisão em seu favor até o trânsito em julgado do feito ou a imposição de medidas cautelares alternativas à prisão.

Superior Tribunal de Justiça

Informações prestadas às e-STJ fls. 22/25 e 26/46.

Parecer ministerial pela denegação da ordem, às e-STJ fls. 56/58.

É, em síntese, o relatório.

Em que pese às informações contraditórias do paciente, de um lado de que foi ajuizada revisão criminal, o que pressupõe o trânsito em julgado da sentença condenatória, e de outro lado de que a prisão só poderia ocorrer após o trânsito em julgado, observo que, conforme as informações prestadas pela autoridade coatora à e-STJ fl. 23, ocorreu o trânsito em julgado do acórdão que julgou o recurso de apelação, de modo que agora a prisão do paciente decorre de título definitivo.

Como bem salientou o representante ministerial em seu parecer exarado às e-STJ fls. 56/58, *"com o advento do trânsito em julgado para as partes (cf. andamento execução penal ao e-STJ fls. 44/45), não se trata mais de execução provisória da pena"* (e-STJ fls. 57/58).

Assim, o pedido formulado pelo paciente, de aguardar em liberdade o julgamento da revisão criminal, não merece ser acolhido, pois **o encarceramento na hipótese de revisão decorre de título definitivo**, em cumprimento à sanção criminal que foi imposta ao réu por força de sentença transitada em julgado e não se confunde com a prisão preventiva, medida cautelar de natureza pessoal utilizada para garantir a efetividade do processo penal.

Nesse sentido, destaco:

HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. PENA DE 11 ANOS E 1 MÊS DE RECLUSÃO. REVISÃO CRIMINAL APRESENTADA EM 9.4.2010. AUTOS AGUARDANDO JULGAMENTO HÁ QUASE QUATRO ANOS. EXCESSO DE PRAZO NO JULGAMENTO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

- Embora se reconheça certa dificuldade na tramitação dos feitos em razão do grande volume de processos recebidos diariamente em todos os Tribunais, na hipótese dos autos, o transcurso de mais de 4 (quatro) anos da apresentação da revisão sem julgamento da causa é desarrazoado.

- Por outro lado, não é o caso de assegurar ao paciente o direito de aguardar o julgamento da revisão criminal em liberdade, pois a simples propositura da revisional, ação que não possui efeito suspensivo, não tem força para desconstituir uma prisão decorrente

Superior Tribunal de Justiça

de condenação já acobertada pela coisa julgada. Habeas corpus não conhecido, com recomendação de celeridade por parte do Tribunal Regional Federal da 3ª Região no julgamento da Revisão Criminal n. 0011347-59.2010.4.03.0000. (HC 282.780/SP, relatora Ministra MARILZA MAYNARD, Desembargadora convocada do TJSE, SEXTA TURMA, julgado em 03/06/2014, DJe 27/06/2014.)

Dessa forma, exaurida a instância ordinária, na qual houve o trânsito em julgado da condenação, a prisão não mais ostenta natureza cautelar, mas efetiva execução da pena.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator